



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 527, DE 2010

(Do Sr. Giovanni Queiroz e outros)

Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, para restabelecer a competência dos Estados para legislar sobre criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-93/2007.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

As Mesas da **Câmara dos Deputados** e do **Senado Federal**, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 18 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.
.....

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual até seis meses antes das eleições municipais, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição restabelece a competência dos Estados para legislar sobre criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios que lhe foram subtraídas pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996, em vigor, cuja redação transferiu para a União a quase totalidade das competências sobre a matéria. A nova redação proposta para o § 4º do art. 18 da Constituição Federal reconstitui a redação aprovada pelo constituinte originário de 1988, com o objetivo de afastar ameaças que atualmente pairam sobre o princípio federativo, adotado e aperfeiçoado, desde a primeira Constituição republicana de 1891, em sucessivos textos constitucionais.

Se compararmos o texto modificado, em vigor, que se busca revogar, com a redação original do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, que se pretende restaurar, podemos compreender o retrocesso institucional que, real e potencialmente, vem sendo patrocinado e inspirado pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996.

Antes de qualquer análise, é imperioso destacar que o texto modificado, em vigor, altera totalmente o conteúdo aprovado pelo constituinte originário e apresenta termos e frases imprecisas ou incompletas que geram dúvidas e dificuldades para sua interpretação e regulamentação.

Contrariando o princípio de autonomia dos Estados no que diz respeito à competência para legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse, o texto constitucional modificado pela referida Emenda atribui-lhe apenas a elaboração de uma lei estadual que, embora afirme que seria através dela que far-se-ia a criação de Municípios, dependerá da aprovação de instrumentos legislativos e documentos federais de, pelo menos, quatro espécies:

1. uma lei complementar federal determinando o prazo para criação de municípios e não mais “uma lei complementar estadual estabelecendo requisitos mínimos” como estabeleceu o constituinte originário;
2. um decreto legislativo federal, como sugere a sua redação, convocando consulta plebiscitária às populações dos municípios “envolvidos” e não um decreto legislativo estadual convocando consulta plebiscitária “às populações diretamente interessadas”, conforme foi anteriormente estabelecido pelo constituinte originário;
3. um estudo de viabilidade municipal, prévio ao plebiscito, não exigido pelo constituinte originário nos documentos e discussões oriundos da Subcomissão dos Municípios e Regiões - parte da Comissão Temática da Organização do Estado na Assembléia Nacional Constituinte de 1987-88, -, ou nas inúmeras emendas que lhe foram apresentadas;
4. uma lei ordinária destinada a apresentar e divulgar o referido estudo de viabilidade municipal que também não foi citado pelo constituinte originário nem foi referência em quaisquer discussões ou documentos oriundos da Subcomissão dos Municípios e Regiões da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88.

Evidencia-se, portanto, que a Emenda Constitucional nº 15, de 1996, por algum motivo que não cabe aqui investigar, “desconhece” todo o trabalho do que foi considerado o mais importante fórum de debates da Assembléia Nacional Constituinte - a Comissão Temática da Organização do Estado. Considerando que foi nessa Comissão Temática que se aprofundaram os debates sobre a Federação brasileira, semelhante “desconhecimento” exige do Congresso Nacional iniciativas legislativas, como a que ora esta sendo proposta, tendentes a reposicionar o debate sobre a natureza e o sentido do federalismo nacional.

Importa considerar, na apreciação desta matéria, que o contexto histórico que presidiu a institucionalização da Federação no Brasil foi diverso e oposto ao que se verificou nos Estados Unidos, país sede do modelo clássico de federalismo, onde a Federação nasceu, em 1787, por associação de treze colônias independentes que tinham no idioma inglês predominante o principal elemento comum de identificação. Diferentemente desse modelo que ficou conhecido como *federalismo de associação* ou *por agregação*, a Federação Brasileira nasce de um Estado unitário e imperial, que adota a República Federativa sob pressão da inadiável necessidade de descentralização, uma particularidade de nossa formação política que vem sendo denominada de *federalismo de descentralização* ou *por segregação*.

Não por acaso, as questões geopolíticas sempre estiveram presentes como temática importante do debate nacional, mormente em um país de dimensões continentais como o Brasil que, desde o início da colonização no século XVI, sempre teve seus centros de poder local envolvidos por aspirações autonomistas e no centro das demandas por descentralização. São consideráveis os registros históricos sobre manifestações de

inconformismo de nossas “cidades” e “vilas” coloniais frente ao centralismo da metrópole portuguesa, fenômeno que se repete hoje nos Municípios como são denominados, desde o Império, os centros de poder local no Brasil.

À exceção do período em que vigorou a Carta Política do Estado Novo, entre 1937 e 1945, todas as constituições republicanas brasileiras incluíram dispositivos que consagraram os Estados como entes autônomos da Federação, a exemplo da Constituição de 1891 que, em seu **art. 63**, dispõe que *cada Estado reger-se-á pela constituição e leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União*. E, no que diz respeito aos Municípios, a referida Constituição de 1891 dispõe, em seu **art. 68** que *“os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse*.

Entretanto, a autonomia municipal só iria adquirir as garantias para o seu exercício a partir da Constituição de 1934 que, pela primeira vez, dotou os Municípios de fontes de receitas próprias através da outorga de competências tributárias específicas, iniciativa que foi seguida e ampliada pelas Constituições de 1946 e 1967.

E, reforçando os lineamentos do nosso **federalismo de descentralização**, a atual Constituição de 1988 elevou o Município brasileiro ao patamar de entidade formativa e autônoma de nossa Federação que, juntamente com a União e os Estados, conforma o nosso federalismo trino e consolida o sentido que presidiu a evolução histórica de nossas instituições democráticas e republicanas.

Do esboço histórico realizado acima, é lícito concluir que o federalismo nacional tem um fio condutor de sua construção, presente desde o início da colonização, perdurando durante todo o processo de ocupação até o traçado definitivo das fronteiras territoriais brasileiras nas primeiras décadas do século vinte. A natureza descentralizadora que presidiu a nossa formação histórica, ao lado do dinamismo geopolítico que lhe dá sentido, inspiram esta proposição legislativa, indispensável para fazer frente às atuais e recorrentes ameaças centralizadoras, de cunho autoritário e potencialmente desagregador do Brasil e de sua peculiar Federação.

As ameaças em referência estão claramente expressas no Parecer que aprovou, em Plenário da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição n.º 41, de 1991, que deu origem à Emenda Constitucional n.º 15, de 1996. Na oportunidade, o Deputado Antônio Geraldo, designado Relator na Comissão Especial e em Plenário, defendeu a competência da União para arbitrar sobre a criação de Municípios, sob o argumento de que, após a sua elevação à condição de membro da Federação, *o que se discute não é a divisão territorial, mas a aceitação, pela Federação, de um novo ente, um novo membro*. E, a seguir, acrescenta em tom definitivo: *ninguém se não a própria Federação pode dispor sobre a criação e a integração a si de um novo membro, como serão os Municípios em criação*.

Depois de afirmar, em outro trecho de seu Parecer, que o objetivo da proposição em exame era aperfeiçoar a *cláusula pétrea* do constitucionalismo pátrio, representada na *forma federativa de Estado*, o Deputado Antônio Geraldo surpreende com

esta frase absolutamente inadequada quando inserido num debate político-parlamentar sobre a forma federativa do Estado brasileiro: *o aumento do número de Comunas* (ou seja, de Municípios) *só faz diminuir a fatia que a cada um toca, pois se é maior o número de convivas, é o mesmo o tamanho do bolo ...* .

A persistir esta “nova interpretação” do federalismo nacional, todos os demais elementos que sustentam a autonomia dos Estados e Municípios tenderão a perder força, abrindo espaço para todas as aventuras de cunho autoritário e desagregador com potencial para abalar os alicerces sobre os quais se ergue a República Federativa do Brasil.

O que se pretende, finalmente, ao apresentar esta Proposta de Emenda à Constituição ao exame do Congresso Nacional, é restabelecer a redação apresentada pelo constituinte originário ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal, a qual restitui às “populações diretamente interessadas” o poder de criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, há quatorze anos engessado e dependente de legislações e iniciativas dos poderes legislativo e executivo da União, competências que lhe foram atribuídas, por lamentável engano ou inadvertência, pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996.

Em outras palavras, o que se pretende é devolver aos Estados sua legítima competência para viabilizar a presença efetiva do poder público municipal nos limites de seus respectivos territórios e, por extensão, em cada ponto do território nacional onde a densidade de assentamentos populacionais e o convívio humano tornem necessária a presença organizada de Prefeituras e Câmaras Municipais.

Pelas razões acima expostas, encarecemos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2010.

GIOVANNI QUEIROZ
Deputado Federal - PDT/PA

Proposição: PEC 0527/10

Autor da Proposição: GIOVANNI QUEIROZ E OUTROS

Data de Apresentação: 14/12/2010

Ementa: Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição da República Federativa do Brasil, para restabelecer a competência dos Estados para legislar sobre criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 182
Não Conferem 002
Fora do Exercício 000
Repetidas 020
Ilegíveis 000
Retiradas 000
Total 204

Assinaturas Confirmadas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
2 ADEMIR CAMILO PDT MG
3 AELTON FREITAS PR MG
4 AFONSO HAMM PP RS
5 ALCENI GUERRA DEM PR
6 ALEX CANZIANI PTB PR
7 ALINE CORRÊA PP SP
8 ANDRE VARGAS PT PR
9 ANÍBAL GOMES PMDB CE
10 ANSELMO DE JESUS PT RO
11 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
12 ANTONIO BULHÕES PRB SP
13 ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS
14 ANTONIO CARLOS BISCAIA PT RJ
15 ANTONIO CRUZ PP MS
16 ANTONIO JOSÉ MEDEIROS PT PI
17 ANTÔNIO ROBERTO PV MG
18 ARMANDO ABÍLIO PTB PB
19 ARNON BEZERRA PTB CE
20 ASSIS DO COUTO PT PR
21 ÁTILA LIRA PSB PI
22 AUGUSTO FARIAS PTB AL
23 BENEDITO DE LIRA PP AL
24 BERNARDO ARISTON PMDB RJ
25 BETINHO ROSADO DEM RN
26 BETO ALBUQUERQUE PSB RS
27 BISPO GÊ TENUTA DEM SP
28 BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG
29 CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES
30 CARLOS ALBERTO CANUTO PSC AL
31 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
32 CARLOS SANTANA PT RJ
33 CARLOS ZARATTINI PT SP
34 CELSO MALDANER PMDB SC

35 CIRO NOGUEIRA PP PI
36 CIRO PEDROSA PV MG
37 CLEBER VERDE PRB MA
38 COLBERT MARTINS PMDB BA
39 DAGOBERTO PDT MS
40 DAMIÃO FELICIANO PDT PB
41 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
42 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
43 DEVANIR RIBEIRO PT SP
44 DOMINGOS DUTRA PT MA
45 DR. NECHAR PP SP
46 DR. PAULO CÉSAR PR RJ
47 DR. UBIALI PSB SP
48 EDGAR MOURY PMDB PE
49 EDINHO BEZ PMDB SC
50 EDIO LOPES PMDB RR
51 EDMAR MOREIRA PR MG
52 EDUARDO LOPES PRB RJ
53 EDUARDO VALVERDE PT RO
54 ELISMAR PRADO PT MG
55 EUGÊNIO RABELO PP CE
56 EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB CE
57 FÁBIO FARIA PMN RN
58 FELIPE BORNIER PHS RJ
59 FÉLIX MENDONÇA DEM BA
60 FERNANDO CHIARELLI PDT SP
61 FERNANDO CORUJA PPS SC
62 FERNANDO MELO PT AC
63 FERNANDO NASCIMENTO PT PE
64 FLÁVIO BEZERRA PRB CE
65 FLÁVIO DINO PCdoB MA
66 FRANCISCO RODRIGUES DEM RR
67 FRANCISCO ROSSI PMDB SP
68 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
69 GERALDO PUDIM PR RJ
70 GERALDO SIMÕES PT BA
71 GIOVANNI QUEIROZ PDT PA
72 GIVALDO CARIMBÃO PSB AL
73 GLADSON CAMELI PP AC
74 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
75 HOMERO PEREIRA PR MT
76 ILDERLEI CORDEIRO PPS AC
77 JACKSON BARRETO PMDB SE
78 JAIME MARTINS PR MG
79 JAIR BOLSONARO PP RJ
80 JEFFERSON CAMPOS PSB SP

81 JÔ MORAES PCdoB MG
82 JOÃO DADO PDT SP
83 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
84 JOÃO OLIVEIRA DEM TO
85 JOÃO PAULO CUNHA PT SP
86 JOÃO PIZZOLATTI PP SC
87 JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL
88 JOSÉ AIRTON CIRILO PT CE
89 JOSÉ MAIA FILHO DEM PI
90 JOSÉ OTÁVIO GERMANO PP RS
91 JOSÉ PAULO TÓFFANO PV SP
92 JULIÃO AMIN PDT MA
93 JÚLIO CESAR DEM PI
94 JÚLIO DELGADO PSB MG
95 JURANDIL JUAREZ PMDB AP
96 LÁZARO BOTELHO PP TO
97 LEANDRO SAMPAIO PPS RJ
98 LELO COIMBRA PMDB ES
99 LEONARDO MONTEIRO PT MG
100 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
101 LEONARDO VILELA PSDB GO
102 LÍDICE DA MATA PSB BA
103 LINDOMAR GARÇON PV RO
104 LUCIANA COSTA PR SP
105 LUCIANA GENRO PSOL RS
106 LÚCIO VALE PR PA
107 LUIZ BASSUMA PV BA
108 LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS
109 LUIZ CARREIRA DEM BA
110 LUIZ SÉRGIO PT RJ
111 MAGELA PT DF
112 MAJOR FÁBIO DEM PB
113 MANATO PDT ES
114 MARCELO SERAFIM PSB AM
115 MARCIO JUNQUEIRA DEM RR
116 MÁRCIO MARINHO PRB BA
117 MARCONDES GADELHA PSC PB
118 MARCOS LIMA PMDB MG
119 MÁRIO HERINGER PDT MG
120 MAURO BENEVIDES PMDB CE
121 MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS
122 MENDONÇA PRADO DEM SE
123 MILTON MONTI PR SP
124 MOACIR MICHELETTO PMDB PR
125 NEILTON MULIM PR RJ
126 NELSON BORNIER PMDB RJ

127 NELSON MARQUEZELLI PTB SP
128 NELSON MEURER PP PR
129 NELSON TRAD PMDB MS
130 NILSON PINTO PSDB PA
131 OSMAR JÚNIOR PCdoB PI
132 OSVALDO REIS PMDB TO
133 PAES DE LIRA PTC SP
134 PAES LANDIM PTB PI
135 PAULO BAUER PSDB SC
136 PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE
137 PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP
138 PAULO PIAU PMDB MG
139 PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS
140 PAULO ROCHA PT PA
141 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE
142 PEDRO CHAVES PMDB GO
143 PEDRO NOVAIS PMDB MA
144 PEDRO WILSON PT GO
145 PINTO ITAMARATY PSDB MA
146 POMPEO DE MATTOS PDT RS
147 PROFESSOR RUY PAULETTI PSDB RS
148 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
149 RATINHO JUNIOR PSC PR
150 REBECCA GARCIA PP AM
151 REGINALDO LOPES PT MG
152 RIBAMAR ALVES PSB MA
153 RICARDO BERZOINI PT SP
154 ROBERTO ALVES PTB SP
155 ROBERTO BRITTO PP BA
156 ROBERTO SANTIAGO PV SP
157 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
158 RÔMULO GOUVEIA PSDB PB
159 RUBENS OTONI PT GO
160 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
161 SANDES JÚNIOR PP GO
162 SANDRO MABEL PR GO
163 SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP
164 SÉRGIO MORAES PTB RS
165 SEVERIANO ALVES PMDB BA
166 SILAS BRASILEIRO PMDB MG
167 SOLANGE ALMEIDA PMDB RJ
168 TAKAYAMA PSC PR
169 ULDURICO PINTO PHS BA
170 VELOSO PMDB BA
171 VICENTE ARRUDA PR CE
172 VICENTINHO PT SP

173 VICENTINHO ALVES PR TO
174 VIRGÍLIO GUIMARÃES PT MG
175 VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB
176 WALDIR MARANHÃO PP MA
177 WILSON BRAGA PMDB PB
178 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
179 ZÉ GERALDO PT PA
180 ZÉ GERARDO PMDB CE
181 ZÉ VIEIRA PR MA
182 ZEQUINHA MARINHO PSC PA

Assinaturas que Não Conferem

1 MAURÍCIO TRINDADE PR BA
2 WILSON SANTIAGO PMDB PB

Assinaturas Repetidas

1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP (confirmada)
2 ALEX CANZIANI PTB PR (confirmada)
3 ANÍBAL GOMES PMDB CE (confirmada)
4 ANTONIO JOSÉ MEDEIROS PT PI (confirmada)
5 ANTÔNIO ROBERTO PV MG (confirmada)
6 BENEDITO DE LIRA PP AL (confirmada)
7 BETINHO ROSADO DEM RN (confirmada)
8 CELSO MALDANER PMDB SC (confirmada)
9 DAMIÃO FELICIANO PDT PB (confirmada)
10 ELISMAR PRADO PT MG (confirmada)
11 JOÃO OLIVEIRA DEM TO (confirmada)
12 JOSÉ MAIA FILHO DEM PI (confirmada)
13 JOSÉ MAIA FILHO DEM PI (confirmada)
14 PINTO ITAMARATY PSDB MA (confirmada)
15 VELOSO PMDB BA (confirmada)
16 VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB (confirmada)
17 VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB (confirmada)
18 VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB (não confere)
19 WILSON SANTIAGO PMDB PB (não confere)
20 ZÉ GERARDO PMDB CE (confirmada)

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. [*\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996\)*](#)

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
1891.

TÍTULO III
DOS ESTADOS

Art. 63. Cada Estado reger-se-ha pela Constituição e pelas leis que adoptar, respeitados os principios constitucionaes da União.

Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios. cabendo à União sómente a porção de territorio que for indispensavel para a defesa das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes.

Paragrapho unico. Os proprios nacionaes, que não forem necessarios para serviços da União, passarão ao dominio dos Estados, em cujo territorio estiverem situados.

.....

TITULO III DO MUNICIPIO

Art. 68. Os Estados organizar-se-hão de fôrma que fique assegurada a autonomia dos municipios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

TITULO IV DOS CIDADÃOS BRAZILEIROS

Secção I Das Qualidades do Cidadão Brasileiro

Art. 69. São cidadãos brasileiros:

1º Os nascidos no Brazil, ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;

2º Os filhos de pae hrazileiro e os illegitimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, si estabelecerem domicilio na Republica;

3º Os filhos de pae brasileiro, que estiver noutro paiz ao serviço da Republica, embora nella não venha domiciliar-se;

4º Os estrangeiros, que, achando-se no Brazil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis mezes depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem;

5.º Os estrangeiros, que possuirem bens immoveis no Brazil, e forem casados com brasileiras ou tiverem filhos brasileiros, comtanto que residam no Brazil, salvo si manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;

6º Os estrangeiros por outro modo naturalisados.

.....

.....

FIM DO DOCUMENTO
